

MERCENÁRIOS E TERCEIRIZAÇÃO: PODER DE FOGO VS. MANOBRA TERRESTRE

Por Shmuel Harlap*



Combatentes separatistas apoiados pela Rússia no leste da Ucrânia em 2014 (Eric Feferberg/AFP).

Não obstante a importância do poder de fogo, para garantir a vitória são necessárias manobras terrestres, captura de território, artérias de abastecimento e centros de comando e controle.

Todo Estado, governado por qualquer tipo de regime, enfrenta um paradoxo: para cumprir sua obrigação básica de defender a vida de seus cidadãos de inimigos externos, coloca esses mesmos cidadãos em perigo ao alistá-los no exército. Para resolver esse enigma, o Estado recorre a soluções criativas, incluindo recrutamento de mercenários, terceirização de segurança e uso de poder de fogo em vez de manobra. Essas respostas oferecem uma solução para o paradoxo?

Poucas pessoas são odiadas como mercenários. Sua brutalidade no campo de batalha e o terror que acompanhava seu trabalho os diferenciavam das forças militares convencionais. Assassinato é a sua arte. Mercenários se assemelham a assassinos contratados, mas diferem em termos de legalidade. Os assassinos de aluguel operam de acordo com um contrato criminal com a parte que encomendou o assassinato. Os mercenários, por outro lado, operam por meio de um contrato legal com um Estado. Ainda assim, o espaço entre mercenários e assassinos contratados é indiscutivelmente preenchido com diferentes tons de cinza. Os mercenários são frequentemente recrutados de elementos criminosos; um exemplo oportuno é Yevgeny Prigozhin, líder do Wagner Group, o grupo

mercenário russo, que está recrutando milhares de criminosos condenados para a guerra na Ucrânia, em troca de promessas de perdão e benefícios materiais.

O uso de mercenários não é exclusivo de regimes autocráticos. A força armada mercenária mais antiga é a Legião Estrangeira francesa. Estabelecida em 1831, lutou em todas as guerras da França desde então e acabou se tornando uma unidade de comando de operações especiais.

Os Estados Unidos também usam serviços mercenários em suas guerras. A Blackwater, liderada pelo ex-oficial SEAL da Marinha Erik Prince, é uma força mercenária americana que opera na África e no Oriente Médio, prestando serviços militares a qualquer entidade estatal disposta a pagar seu preço. Evidentemente, o custo dos contratos da Blackwater com a administração dos EUA para a guerra do Iraque ultrapassou um bilhão de dólares (ver [*Blackwater: A ascensão do exército mercenário mais poderoso do mundo*](#), de Jeremy Scahill).

O que há de tão atraente nos mercenários? Primeiro, eles operam em “áreas cinzentas”. Seu “trabalho sujo” beneficia os governos empregadores sem forçá-los a assumir a responsabilidade por métodos inescrupulosos. Em segundo lugar, em um nível mais profundo, os mercenários ajudam os Estados a resolver a contradição básica em seu relacionamento com seus cidadãos.

O principal papel de qualquer Estado é proteger a vida e a segurança de seus cidadãos. Para isso, precisa de um exército para defender a população contra inimigos externos. Mas recrutar cidadãos para lutar pelo Estado coloca em perigo a vida desses mesmos cidadãos, o que vai contra a obrigação fundamental do Estado de defendê-los e protegê-los. Os mercenários, portanto, permitem que os estados resolvam essa contradição. Eles assumem voluntária e contratualmente todos os riscos de lutar pelo Estado, em troca de recompensas materiais. O Estado, por sua vez, privatiza parte de sua segurança a preços de mercado para entidades comerciais, cujo produto é a guerra. Visto desta forma, o uso de mercenários é a solução mais racional para proteger a vida dos civis. Ao assumir os riscos de ser ferido, capturado ou morto em batalha, eles isentam a população civil dos riscos de combate.

Na prática, porém, desconsiderando a moralidade do uso de mercenários, as diferenças de escala e especialização da guerra moderna convencional excluem o recrutamento de mercenários para lutar em guerras estatais. O fenômeno mercenário é, portanto, a exceção que confirma a regra.

Uma solução mais calculada e realista é terceirizar algumas ou todas as necessidades de segurança nacional do estado. De fato, a terceirização é utilizada por todos os tipos de regimes. O Japão desfruta de um guarda-chuva americano de proteção graças ao seu acordo de defesa de janeiro de 1960 com os Estados Unidos. O emirado do Catar tem um exército pequeno e eficiente, mas a base da Força Aérea dos EUA em seu território, em grande parte financiada pelos catarianos, funciona como uma apólice de seguro contra agressões estrangeiras.

Israel se orgulha de sua posição de que apenas as Israel Defense Forces (IDF) defendem o país e seus cidadãos. Ainda assim, ao longo dos anos, a questão de um

pacto de defesa com os Estados Unidos surgiu repetidamente, juntamente com discussões sobre suas vantagens e desvantagens, no contexto de um acordo político com os palestinos e da retirada da Cisjordânia. Qualquer pacto de defesa, se e quando assinado, equivaleria a terceirizar a defesa de Israel.

Além disso, por muitos anos, Israel tem parcialmente privatizado e terceirizado sua segurança no teatro do norte. A ligação com o Exército do Sul do Líbano (SLA, *South Lebanon Army*), comandada pelo major Saad Haddad, é um exemplo clássico de terceirização da segurança. A milícia de Haddad ajudou a defender a zona de segurança no sul do Líbano, desde a Operação Litani de abril de 1978 até a retirada do sul do Líbano em 2000. Após essa retirada, o SLA foi dissolvido e alguns de seus combatentes encontraram refúgio em Israel.

Na ausência de uma possibilidade realista de privatizar e terceirizar a segurança, ou confiar nos serviços duvidosos de mercenários, um estado não tem escolha a não ser recrutar seus próprios cidadãos para proteger sua existência. Como o estado ainda pode tomar medidas para proteger seus cidadãos ao mesmo tempo em que os recruta? Uma solução comum é executar uma campanha militar baseada em poder de fogo ao invés de manobras terrestres.

Em Israel, a hipersensibilidade à perda de vidas, penetrando no discurso público por meio de referências aos soldados como “nossos meninos”, levou à adoção de uma doutrina militar defensiva em vez de ofensiva. A doutrina defensiva se assenta em dois pilares: a clara preferência pelo poder de fogo sobre a manobra, e gerir as operações militares no eixo do tempo em vez do eixo do espaço.

A vitória militar é tradicionalmente alcançada quando as forças inimigas são destruídas, rendem-se ou recuam. Garantir a vitória requer manobras terrestres massivas, captura de território, artérias de abastecimento e centros de comando e controle. No entanto, desde o fim da Segunda Guerra do Líbano em 2006, e ao longo das rodadas de conflito com o Hamas e a jihad islâmica, durante as campanhas militares na Faixa de Gaza, os governos israelenses e os generais das IDF têm se esforçado persistentemente por um cessar-fogo rápido, em vez de uma vitória militar. A vitória militar deixou de ser um objetivo operacional.

A renúncia à vitória militar e sua substituição pela busca do cessar-fogo, semelhante à preferência pelo poder de fogo sobre a manobra e a estratégia defensiva sobre a ofensiva, parece enviar uma mensagem de passividade e fraqueza. Na verdade, essas práticas alcançaram resultados salutareis, comparados com os custos de uma vitória militar no terreno. Israel evitou prudentemente repetir uma aventura sem esperança no pântano libanês, bem como ser sufocado na armadilha insaciável de Gaza.

Hoje, diante da guerra na Ucrânia e dos avanços da tecnologia militar, os dilemas poder de fogo vs. manobra, tempo vs. espaço são exponencialmente mais agudos. À medida que a tecnologia militar continua a aumentar a letalidade do fogo de longa distância, implantando foguetes guiados com precisão, mísseis, UAVs e drones, os governos israelenses e a liderança das IDF enfrentarão dilemas complexos de gravidade crescente.

Dado o dano potencialmente substancial aos bens militares e infraestrutura e numerosas baixas civis, Israel precisará, em futuras guerras, abandonar sua zona de conforto de fogo sem manobra. Pressionado para concluir a luta de forma rápida e resoluta, a liderança de guerra israelense terá que predeterminar a intensidade do fogo e o nível de manobra, possivelmente revisitando o objetivo operacional da vitória militar sobre o cessar-fogo.

No melhor de todos os mundos militares, a vitória militar é garantida por meio de fogo intenso, habilmente entrelaçado em manobras terrestres por mercenários. Na sua ausência, a defesa de uma vitória militar definitiva perpetua a contradição entre pôr em perigo e proteger a vida dos cidadãos.

Publicado no [INSS](#).

**Shmuel Harlap é bacharel e mestre em Filosofia Política Universidade Hebraica de Jerusalém, e doutor em Filosofia Política pela Universidade de Harvard. Lutou na Guerra dos Seis Dias e é presidente da Colmobil Ltd., empresa do setor automotivo em Israel.*
